



CÓD: OP-060JH-22
7908403523757

SANTA CRUZ DO ESCALVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Enfermeiro (Policlínica)

EDITAL Nº 001/2022

Língua Portuguesa

1. Leitura E Interpretação De Textos: Informações Implícitas E Explícitas. Ponto De Vista Do Autor. Linguagem Verbal E Não Verbal. Tipologia Textual E Gêneros De Circulação Social: Estrutura Composicional; Objetivos Discursivos Do Texto; Contexto De Circulação; Aspectos Linguísticos	7
2. Linguagem E Adequação Social: Variedades Linguísticas E Seus Determinantes Culturais, Sociais, Regionais, Históricos E Individuais. Registros Formal E Informal Da Escrita Padrão.	16
3. Funções Da Linguagem.	17
4. Aspectos Linguísticos Na Construção Do Texto: Fonética E Fonologia	18
5. Ortografia. Conhecimento Gramatical De Acordo Com O Padrão Culto Da Língua. Ortografia Oficial – Novo Acordo Ortográfico	19
6. Acentuação Gráfica.	20
7. Crase	20
8. Morfologia: Formação, Classificação E Flexão Das Palavras, Emprego De Nomes, Pronomes, Onjunções, Advérbios, Preposições, Modos E Tempos Verbais	21
9. Sintaxe: Frase, Oração, Períodos Compostos Por Coordenação E Subordinação	28
10. Concordâncias Verbal E Nominal.	30
11. Regências Verbal E Nominal.	32
12. Colocação Pronominal	32
13. Semântica E Estilística: Polissemia, Sinonímia, Antonímia, Paronímia, Homonímia, Hiperonímia, Denotação E Conotação, Sentido E Sentido Figurado.	33
14. Sinais De Pontuação Como Fatores De Coesão	37
15. Texto E Textualidade: Coesão, Coerência, Argumentação	38
16. Texto E Discurso: Intertextualidade: Tipos	38

Matemática E Raciocínio Lógico

1. Teoria De Conjuntos: Relação De Pertinência, Relação De Inclusão, Igualdade, Operações (União, Interseção, Diferença, Complementar).	47
2. Conjuntos Numéricos: Operações, Desigualdades, Múltiplos E Divisores.	50
3. Medidas E Grandezas: Comprimento, Área, Volume, Massa, Capacidade, Ângulo, Tempo,	60
4. Grandezas Diretamente E Inversamente Proporcionais,	62
5. Regra De Três Simples E Composta.	63
6. Matemática Comercial E Financeira: Porcentagem, Juros Simples E Compostos.	64
7. Geometria Plana: Semelhança De Figuras Geométricas Planas, Cálculo De Áreas E Perímetros De Figuras Planas, Relações Métricas No Triângulo Retângulo, Circunferência E Círculo. Sólidos Geométricos: Áreas, Volumes E Características Dos Sólidos Geométricos.	68
8. Relações E Funções: Função Real De Uma Variável, Domínio, Conjunto Imagem, Crescimento E Decrescimento, Zeros Da Função, Gráficos.	79
9. Equações, Inequações E Gráficos Das Funções Afim, Quadrática, Exponencial E Logarítmica.	94
10. Trigonometria: Trigonometria No Triângulo Retângulo E Na Circunferência Trigonométrica. Gráficos E Equações Das Funções Trigonométricas.	98
11. Sequências Numéricas : Progressões Aritmética E Geométrica.	104
12. Análise Combinatória E Probabilidade: Princípio Fundamental Da Contagem, Fatorial De Números Naturais, Arranjos, Permutações E Combinações Simples E Com Repetição. Definição De Probabilidade, Probabilidade Condicional, Probabilidade Da União E Distribuição Binomial.	109
13. Tratamento Da Informação: Leitura E Interpretação De Gráficos E Tabelas. Medidas De Tendência Central E Medidas De Dispersão.	114
14. Introdução À Lógica Matemática: Análise De Proposições, Conectivos, Operações Lógicas, Negação, Implicação, Equivalência Lógica, Tabela Verdade, Proposições Compostas. Lógica De Argumentação.	118

Noções De Informática

1. Noções Sobre Computadores: Periféricos/Dispositivos De Entrada E Saída	141
2. Sistema Operacional Windows 10: Noções Gerais De Operação, Área De Trabalho; Gerenciamento De Janelas, Painel De Controle; Manipulação De Pastas E Arquivos	142
3. Sistema Operacional Gnu/Linux (Ubuntu 20.04 Lts): Noções Gerais De Operação; Área De Trabalho; Gerenciamento De Janelas; Painel De Controle; Manipulação De Pastas E Arquivos	144
4. Ferramentas De Escritório: Ambiente Libreoffice	145
5. Google Documentos	150
6. Microsoft 365 Para A Web	151
7. Comunicação E Colaboração Online: Noções Sobre Videoconferência E Webconferência	152
8. Internet E Correio Eletrônico: Conceitos E Serviços Relacionados À Internet E Intranet; Navegadores Microsoft Edge, Firefox E Chrome; Webmail, Outlook E Mozilla Thunderbird	169
9. Noções De Segurança: Noções Sobre Códigos Maliciosos (Malwares); Vírus, Spyware, Worms, Bot E Botnet, Backdoor, Cavalo De Tróia – Trojan, Rootkit E Congêneres; Spam; Acesso A Sites Seguros, Cuidados E Prevenções	179

Conhecimentos Gerais E Atualidades (Digital)

1. Economia	185
2. Transportes E Logística;	186
3. Tecnologia;	192
4. Produção E Distribuição De Energia;	192
5. Indústria, Comércio E Serviços;	192
6. Emprego, Desemprego E Seus Fatores Estruturantes E Conjunturais;	198
7. Pobreza E Desigualdade No Brasil E No Mundo	199
8. Sociedade: Educação; Cultura, Música, Cinema, Pintura E Teatro; Esportes; Entretenimento;	205
9. Meio Ambiente: Sustentabilidade;	206
10. Biologia, Florestas, Flora E Fauna;	207
11. Rios, Mares E Lagoas;	209
12. Agricultura;	212
13. Poluição Atmosférica, Sonora E Visual	217
14. Política E Relações Internacionais: Partidos E Eleições No Brasil;	220
15. Voto Feminino E Participação Da Mulher Na Política;	222
16. Países E Conflitos Mundiais Contemporâneos;	224
17. Participação Do Brasil No Mundo: Inserção Social, Cultural, Econômica E Diplomática	225
18. Temas Contemporâneos: Pandemia De Covid-19 E Suas Consequências	245
19. Meios De Comunicação, Inclusão Digital E Redes Sociais;	246
20. Os Direitos E Os Estatutos Da Criança E Do Adolescente	248
21. Estatuto Do Idoso	284
22. Estatuto Da Pessoa Com Deficiência	293

Conhecimentos Sobre Santa Cruz Do Escalvado

1. Administração, Secretarias E Conselhos Municipais; Composição Das Estruturas Administrativas	313
2. Leis Municipais; Estruturação Do Plano De Cargos E Vencimentos Dos Servidores Civis Da Administração Pública Direta Do Município	316
3. História E Geografia Do Município; Povoamento E Criação Do Município; Região E Território	316
4. Plano Diretor Municipal; Política Urbana, Princípios E Direitos; Desenvolvimento Humano E Econômico, Habitação, Meio Ambiente; Cultura, Memória E Patrimônio Cultural; Infraestrutura; Segurança Pública; Ordenamento Territorial	317

Conhecimentos Específicos Enfermeiro (Policlínica)

1. Ética	319
2. Legislação Profissional;	324
3. Processo De Enfermagem;	332
4. Assistência De Enfermagem	334
5. Consulta De Enfermagem; Reconhecimento De Sinais E Sintomas, Orientação E Educação Em Saúde A Pacientes E Familiares;	341
6. Procedimentos; Exames Complementares;	343
7. Administração De Medicamentos, Quimioterápicos E Medicamentos Especiais Conforme Protocolos, Diretrizes Clínicas E Terapêuticas Ou Outras Normativas Técnicas; Aprazamento Da Prescrição Médica E De Enfermagem;	357
8. Diretrizes E Princípios Do Sus;	367
9. Política Nacional De Humanização;	375
10. Vigilância Em Saúde; Programas, Legislações E Outros;	379
11. Gerenciamento De Recursos Físicos E Materiais; Aquisição, Manutenção, Estocagem, Distribuição E Reposição De Equipamentos E Medicamentos;	389
12. Limpeza, Desinfecção, Preparo E Encaminhamento De Materiais;	398
13. Cuidados De Enfermagem; Lavagem Gástrica, Esofágica E Ostomias; Troca De Frasco De Drenagem E Outros;	404
14. Assistência E Procedimentos Em Urgência, Emergência E Calamidade Pública;	412
15. Cuidado De Curativos E Coberturas Especiais;	457
16. Gestão Do Serviço De Saúde E De Enfermagem; Planejamento, Gerenciamento E Avaliação; Execução E Supervisão De Atividades Da Equipe De Enfermagem; Avaliação De Serviços, Gestão Da Qualidade E Segurança Do Paciente; Implementação, Atualização E Orientação De Rotinas, Protocolos E Fluxos; Gestão De Pessoas; Avaliação De Desempenho E Desenvolvimento De Pessoal.	459

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS. PONTO DE VISTA DO AUTOR. LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL. TIPOLOGIA TEXTUAL E GÊNEROS DE CIRCULAÇÃO SOCIAL: ESTRUTURA COMPOSICIONAL; OBJETIVOS DISCURSIVOS DO TEXTO; CONTEXTO DE CIRCULAÇÃO; ASPECTOS LINGÜÍSTICOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de vencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

*A é igual a B.
A é igual a C.
Então: C é igual a A.*

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

*Todo ruminante é um mamífero.
A vaca é um ruminante.
Logo, a vaca é um mamífero.*

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”,* estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

TEORIA DE CONJUNTOS: RELAÇÃO DE PERTINÊNCIA, RELAÇÃO DE INCLUSÃO, IGUALDADE, OPERAÇÕES (UNIÃO, INTERSEÇÃO, DIFERENÇA, COMPLEMENTAR)

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras.

ATENÇÃO: Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas.

Vejam os:

1) os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

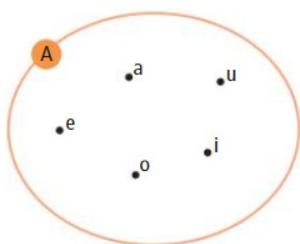
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

2) os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

→ Este símbolo significa **tal que**.

3) os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



Relação de pertinência

Usamos os símbolos \in (pertence) e \notin (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

Tipos de Conjuntos

- **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por \emptyset ou, simplesmente $\{ \}$.
- **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.
- **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.
- **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

\subset	está contido
\supset	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

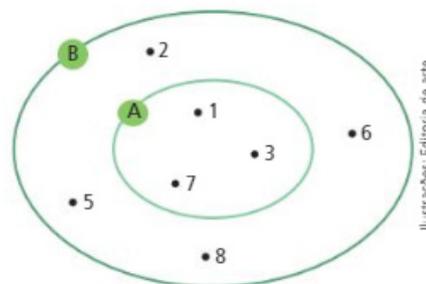
Igualdade de conjuntos

Dois conjuntos A e B são **IGUAIS**, indicamos $A = B$, quando possuem os mesmos elementos.

Dois conjuntos A e B são **DIFERENTES**, indicamos por $A \neq B$, se pelo menos UM dos elementos de um dos conjuntos NÃO pertence ao outro.

Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B, dizemos que A é subconjunto de B. **Exemplo:** $A = \{1,3,7\}$ e $B = \{1,2,3,5,6,7,8\}$.



Os elementos do conjunto A **estão contidos** no conjunto B.

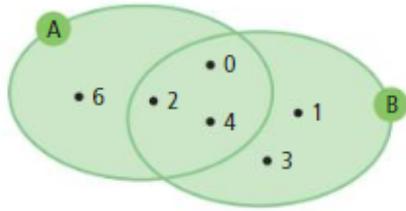
ATENÇÃO:

- 1) *Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;*
- 2) *O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;*
- 3) *O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A.*
- 4) *O número de seu subconjunto é dado por: 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.*

Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0,2,4,6\}$ e $B = \{0,1,2,3,4\}$, como exemplo, vejamos:

• **União de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B. Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Exemplo:

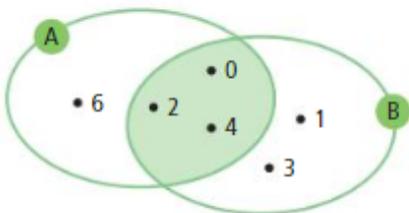


A parte pintada dos conjuntos indica $A \cup B$.

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B.

• **Intersecção de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B. Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica $A \cap B$.

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B.

OBSERVAÇÃO: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são **conjuntos disjuntos**.

Propriedades da união e da intersecção de conjuntos

1ª) Propriedade comutativa

$$A \cup B = B \cup A \text{ (comutativa da união)}$$

$$A \cap B = B \cap A \text{ (comutativa da intersecção)}$$

2ª) Propriedade associativa

$$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C) \text{ (associativa da união)}$$

$$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C) \text{ (associativa da intersecção)}$$

3ª) Propriedade distributiva

$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C)$ (distributiva da intersecção em relação à união)

$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$ (distributiva da união em relação à intersecção)

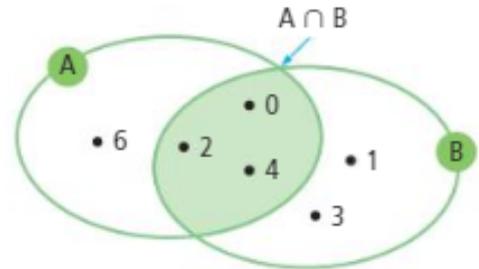
4ª) Propriedade

Se $A \subset B$, então $A \cup B = B$ e $A \cap B = A$, então $A \subset B$

Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

E dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo:

(CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC) Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 deles não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

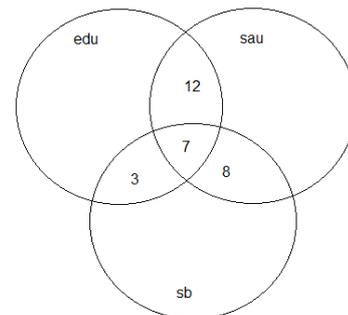
APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

$$\text{Portanto, } 30 - 7 - 12 - 8 = 3$$

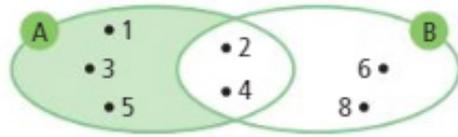
Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.



Em saneamento se inscreveram: $3 + 7 + 8 = 18$

Resposta: C

• **Diferença:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A e não pertencem a B . Representa-se por $A - B$. Para determinar a diferença entre conjuntos, basta observamos o que o conjunto A tem de diferente de B . Tomemos os conjuntos: $A = \{1,2,3,4,5\}$ e $B = \{2,4,6,8\}$



A parte pintada nos conjuntos indica $A - B$.

$$A - B = \{1, 3, 5\}$$

↳ Lê-se: A menos B.

Note que: $A - B \neq B - A$

Exemplo:

(**PREF. CAMAÇARI/BA – TÉC. VIGILÂNCIA EM SAÚDE NM – AOC**P) Considere dois conjuntos A e B , sabendo que assinale a alternativa que apresenta o conjunto B .

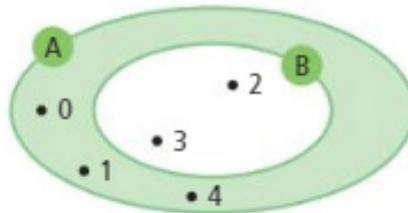
- (A) $\{1;2;3\}$
- (B) $\{0;3\}$
- (C) $\{0;1;2;3;5\}$
- (D) $\{3;5\}$
- (E) $\{0;3;5\}$

Resolução:

A intersecção dos dois conjuntos, mostra que 3 é elemento de B .
 $A - B$ são os elementos que tem em A e não em B .
 Então de $A \cup B$, tiramos que $B = \{0; 3; 5\}$.

Resposta: E

• **Complementar:** chama-se complementar de B (B é subconjunto de A) em relação a A o conjunto $A - B$, isto é, o conjunto dos elementos de A que não pertencem a B . Exemplo: $A = \{0,1,2,3,4\}$ e $B = \{2,3\}$



A parte pintada nos conjuntos indica \bar{C}_A^B .

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES SOBRE COMPUTADORES: PERIFÉRICOS/ DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA

Hardware

Hardware refere-se a parte física do computador, isto é, são os dispositivos eletrônicos que necessitamos para usarmos o computador. Exemplos de hardware são: CPU, teclado, mouse, disco rígido, monitor, scanner, etc.

Software

Software, na verdade, são os programas usados para fazer tarefas e para fazer o hardware funcionar. As instruções de software são programadas em uma linguagem de computador, traduzidas em linguagem de máquina e executadas por computador.

O software pode ser categorizado em dois tipos:

- Software de sistema operacional
- Software de aplicativos em geral

• Software de sistema operacional

O software de sistema é o responsável pelo funcionamento do computador, é a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Software de aplicação

O software de aplicação é aquele utilizado pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos de software de aplicativos incluem Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, etc.

Para não esquecer:

HARDWARE	É a parte física do computador
SOFTWARE	São os programas no computador (de funcionamento e tarefas)

Periféricos

Periféricos são os dispositivos externos para serem utilizados no computador, ou mesmo para aprimora-lo nas suas funcionalidades. Os dispositivos podem ser essenciais, como o teclado, ou aqueles que podem melhorar a experiência do usuário e até mesmo melhorar o desempenho do computador, tais como design, qualidade de som, alto falantes, etc.

Tipos:

PERIFÉRICOS DE ENTRADA	Utilizados para a entrada de dados;
PERIFÉRICOS DE SAÍDA	Utilizados para saída/visualização de dados

• Periféricos de entrada mais comuns.

- O teclado é o dispositivo de entrada mais popular e é um item essencial. Hoje em dia temos vários tipos de teclados ergonômicos para ajudar na digitação e evitar problemas de saúde muscular;
- Na mesma categoria temos o scanner, que digitaliza dados para uso no computador;
- O mouse também é um dispositivo importante, pois com ele podemos apontar para um item desejado, facilitando o uso do computador.

• Periféricos de saída populares mais comuns

- Monitores, que mostra dados e informações ao usuário;
- Impressoras, que permite a impressão de dados para material físico;
- Alto-falantes, que permitem a saída de áudio do computador;
- Fones de ouvido.

Sistema Operacional

O software de sistema operacional é o responsável pelo funcionamento do computador. É a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Aplicativos e Ferramentas

São softwares utilizados pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos: Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, além de ferramentas construídas para fins específicos.

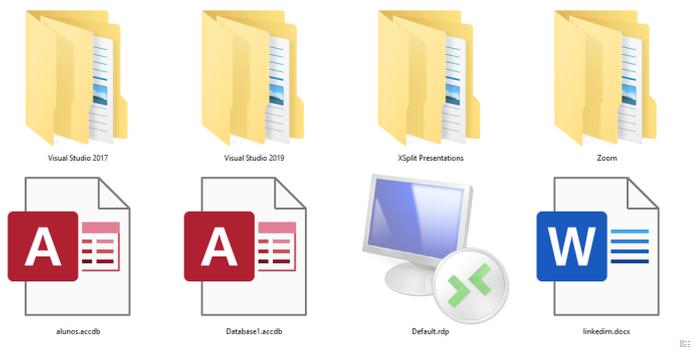
SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10: NOÇÕES GERAIS DE OPERAÇÃO, ÁREA DE TRABALHO; GERENCIAMENTO DE JANELAS, PAINEL DE CONTROLE; MANIPULAÇÃO DE PASTAS E ARQUIVOS

WINDOWS 10

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais. Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

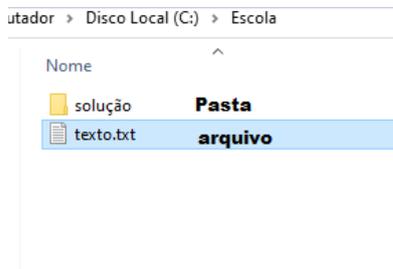


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

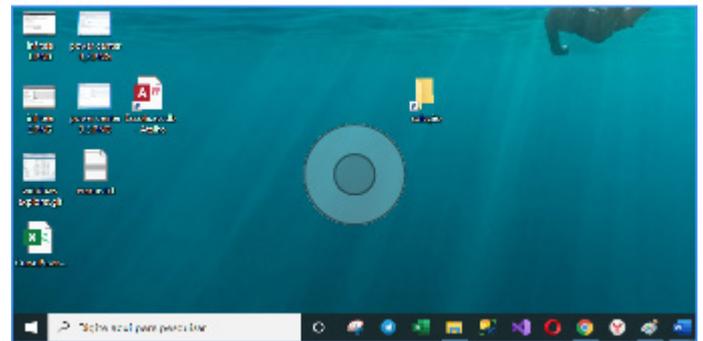
Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- Arquivo é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- Atalho é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



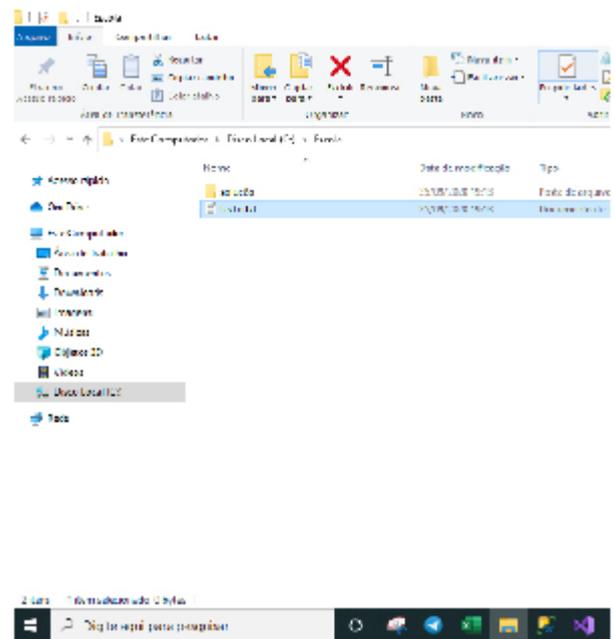
Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

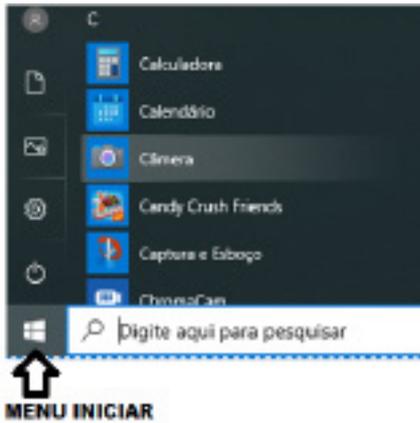
- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



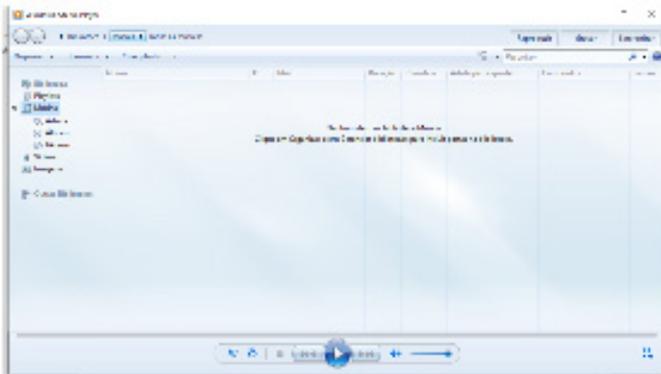
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

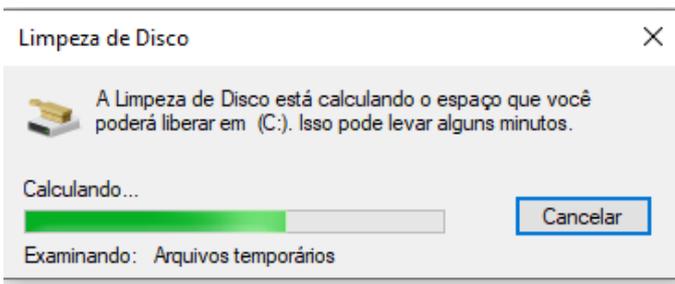
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

– **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

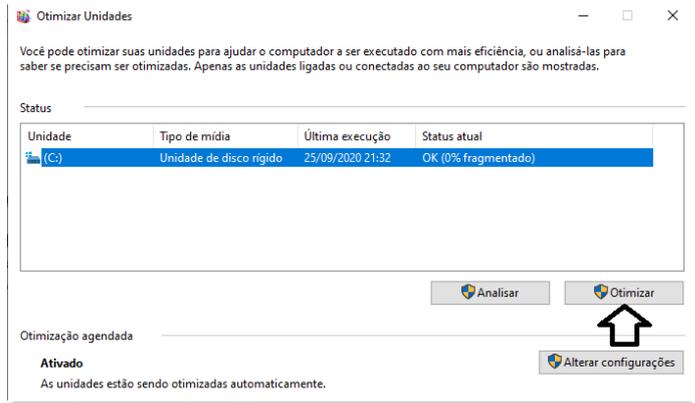


– Ferramentas do sistema

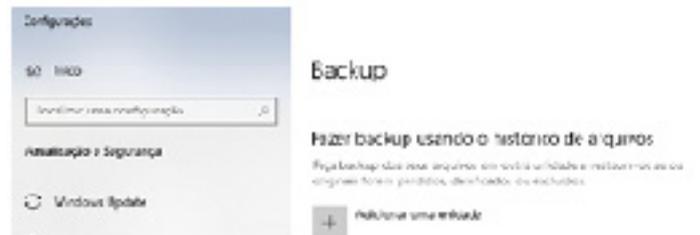
• A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador do Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

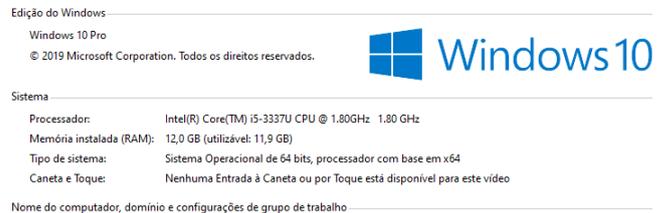


• O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.

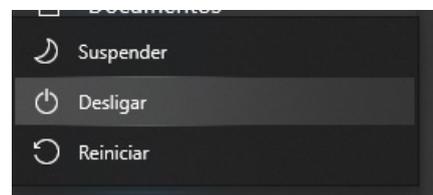


Inicialização e finalização

Exibir informações básicas sobre o computador



Quando fizermos login no sistema, entraremos direto no Windows, porém para desligá-lo devemos recorrer ao  e:



CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES (DIGITAL)

ECONOMIA

Panorama da Economia Brasileira

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) teve queda recorde de 9,7% no segundo trimestre em comparação com o primeiro. Em relação ao mesmo período do ano passado, a queda foi de 11,4%. A indústria foi o setor mais afetado pela pandemia, com queda de 12,3%.

A maior responsável pela queda foi a pandemia de coronavírus, que exigiu medidas de isolamento social. No entanto, em abril o IBGE já havia divulgado que o PIB de 2019 foi menor que dos dois anos anteriores, o que mostra dificuldade do Governo em recuperar a economia.

Entenda o que é PIB

Dados do IBGE também mostram que o desemprego atingiu recorde no segundo trimestre: são 13,8% de desempregados. Isso representa mais de 13 milhões de brasileiros. O setor que mais demitiu durante a pandemia foi o comércio, com 2,1 milhões de pessoas demitidas.

Crescimento do PIB

O terceiro trimestre de 2020 registrou crescimento de 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao trimestre anterior, período que foi o pior dos últimos anos. O estudo foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 3 de dezembro.

A retomada da indústria e a reabertura de algumas áreas do setor de serviços impulsionaram o aumento do PIB do segundo para o terceiro trimestre de 2020. Apesar do crescimento, o levantamento mostra que os números ainda são insuficientes para a recuperação das perdas causadas pela pandemia.

Durante três décadas (1950, 1960 e 1970), o Brasil obteve altas taxas de crescimento acompanhando o bom momento da economia mundial. Neste período, o objetivo da política econômica brasileira era a industrialização. O Plano de Metas e o II PND mostram claramente a proposta desenvolvimentista.

A partir da década de 1990 com o lançamento do Plano Collor, as reservas em moeda estrangeira aumentaram devido às elevadas taxas de juros praticadas pelo governo e também se notou um maior liberalismo econômico. Estas medidas, apesar de desestimular o investimento, foram de suma importância para a implementação do Plano Real em 1994.

Passado o período de turbulência e instabilidade, que culminou no impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello, o país recuperou o otimismo fruto da instituição de um novo plano econômico, o Plano Real.

A pandemia e o combate aos seus efeitos definiram 2020

A pandemia de coronavírus abalou a economia global em 2020. Não foi diferente no Brasil, que, além de ter sofrido com a tragédia da doença em si, mergulhou em profunda crise econômica. Apesar de chegarmos ao fim do ano em recuperação, o grau de incerteza permanece elevado e os efeitos da crise ainda se farão presentes em 2021 e, provavelmente, nos anos seguintes.

A economia brasileira ainda estava se recuperando da crise de 2014/2016, quando a necessidade de isolamento social para conter o avanço da Covid-19 paralisou o setor produtivo em abril. Nesse primeiro momento, Serviços, Comércio e Indústria experimentaram redução brusca da demanda e restrições em sua capacidade de operar.

O segmento de serviços foi o mais afetado. Foi o primeiro a ser impactado e o último a reabrir no processo de flexibilização das medidas de distanciamento social. Foram afetados, em especial, os serviços ofertados às famílias, que requerem a presença do consumidor (bares e restaurantes, por exemplo). A recuperação tem sido gradual e só se iniciou em junho.

No período mais crítico da pandemia, a redução na produção foi imediata, sem o acúmulo de estoques. Adicionalmente, a elevada incerteza e a falta de receita levaram as empresas a reduzirem ainda mais seus estoques. Isso ocorre pois, quando o risco de insolvência é alto, acumular estoques deixa de fazer sentido.

O setor produtivo não conseguiu responder de forma homogênea provocando restrições nos elos das cadeias produtivas. A Indústria está com dificuldade de obter insumos e/ou matérias-primas e, conseqüentemente, com dificuldade de atender seus clientes. À falta de insumos se somou o aumento nos preços também estimulados pela desvalorização do real e demanda crescente da China.

A recuperação está em andamento, mas o crescimento econômico no terceiro e quarto trimestres não serão suficientes para salvar o ano de 2020. O PIB deverá cair 4,3% na comparação com 2019 e o PIB industrial, 3,5%. A queda do PIB que projetamos em 2020 ficou muito próxima à prevista no cenário base do primeiro Informe Conjuntural do ano, de maio.

Uma segunda consequência da pandemia que também se estenderá para o próximo ano é o impacto no mercado de trabalho. As medidas emergenciais específicas para a proteção do emprego e da renda do trabalhador foram eficazes. A queda no emprego formal foi pequena considerando a profundidade da crise. A perda de emprego se deu principalmente entre os trabalhadores informais, que tiveram a queda de renda arrefecida pelo auxílio emergencial.

Os efeitos da crise e a recuperação não são uniformes entre os setores de atividade industrial. Alguns setores, como Alimentos, já apresentam desempenho positivo tanto na comparação com fevereiro como com o acumulado no ano. Outros, como Veículos automotores e Vestuário ainda não conseguiram recuperar o patamar do início do ano.

Regionalização socioeconômica do espaço mundial

Existem diversas formas de se regionalizar o espaço geográfico, haja vista que as regiões nada mais são do que as classificações observadas pelo intelecto humano sobre o espaço geográfico. Assim, existem regiões adotadas subjetivamente pelas pessoas no meio cotidiano e regiões elaboradas a partir de critérios científicos, que obedecem a pré-requisitos e conceitos de ordem natural ou social.

A regionalização socioeconômica do espaço mundial é, pois, uma forma de realizar uma divisão entre os diferentes países com base no nível de desenvolvimento no âmbito do capitalismo contemporâneo. Basicamente, trata-se de uma atualização da chamada “Teoria dos Mundos”, que regionalizava o planeta com base em países de primeiro mundo (capitalistas desenvolvidos), segundo mundo (de economia planificada ou “socialistas”) e terceiro mundo (capitalistas subdesenvolvidos). No caso da regionalização socioeconômica, considera-se apenas a existência do primeiro e terceiro mundos, haja vista que a perspectiva socialista ou planificada não possui mais abertura no plano internacional após a queda do Muro de Berlim.

Essa regionalização classifica os países em dois principais grupos: de um lado, os países do norte desenvolvido; de outro, os países do sul subdesenvolvido. Por isso, muitos chamam essa divisão de regionalização norte-sul.

Posto isso, considera-se que a maior parte dos países ricos encontra-se situada nas terras emersas posicionadas mais ao norte do globo, enquanto os países pobres estão majoritariamente no sul. No entanto, essa divisão não segue à risca a delimitação cartográfica do planeta, havendo aqueles países centrais no hemisfério sul, como é o caso da Austrália, e países periféricos no hemisfério norte, a exemplo da China.

Observe a imagem a seguir:



Representação da divisão dos países com base em critérios socioeconômicos

É importante observar que, além de ser muito abrangente, essa forma de regionalização do espaço geográfico mundial possui uma série de limitações. A principal delas é a de não evidenciar a heterogeneidade existente entre os países de um mesmo grupo na classificação. Os países do norte desenvolvido, por exemplo, apresentam-se com as mais diversas perspectivas, havendo aqueles considerados como “potências”, a exemplo dos Estados Unidos, da Alemanha e outros, e aqueles considerados limitados economicamente ou que sofrem crises recentes, tais como Portugal, Grécia, Rússia e Itália.

Já entre os países do sul subdesenvolvido, também existem evidentes distinções. Por um lado, há aqueles países pouco ou não industrializados, como economias centradas no setor primário basicamente, e, por outro lado, aqueles países ditos “emergentes” ou “subdesenvolvidos industrializados”, tais como o BRICS (exceto a Rússia), os Tigres Asiáticos e outros.

Alguns deles, como a China, possuem economias muito avançadas em termos de produção e geração de riquezas, porém sofrem com condições sociais limitadas, má distribuição de renda, analfabetismo, pobreza e problemas diversos.

Entender a dinâmica do espaço mundial, mesmo que em uma perspectiva específica, é uma tarefa bastante complicada, de forma que as generalizações tendem ao erro. No entanto, a regionalização norte-sul é importante no sentido de nos dar uma orientação geral sobre o nível de desenvolvimento social e econômico dos países e das populações nas diferentes partes do planeta. Assim, constrói-se uma base sobre a qual é possível nos aprofundarmos em termos de estudos e conhecimentos para melhor caracterizar as relações socioespaciais no plano político e econômico internacional.

TRANSPORTES E LOGÍSTICA

O transporte sempre teve um papel fundamental na vida. O transporte possibilita a mobilidade, o comércio e os serviços para manter e suprir a sociedade.

Modal: Modo ou Modelo de transporte.

Tipos de modais: Rodoviário, Hidroviário (águas), Ferroviário e Aéreo.

O Brasil é um país muito extenso, dentro deste contexto alguns modais (modelos) são mais interessantes que outros.

Fatores importantes para escolha do modal (modelo de transporte)

- Tipo de Mercadoria a ser transportada
- Tempo de deslocamento
- Distância necessária para fazer o deslocamento
- Relevo da região a ser percorrida.

O Brasil optou pelo modal rodoviário e ignorou o fato de ser um país de tamanho continental, desprezando assim outros modais, principalmente o ferroviário que é um modal mais econômico e com alta capacidade de carga.

Resumo histórico sobre transportes no Brasil.

Ciclo do café (1800 – 1930)

Durante esse período tivemos o domínio do modal ferroviário, neste modelo os fazendeiros compravam ferrovias da Inglaterra e Alemanha para escoar seus produtos, principalmente para o litoral. Dentro deste contexto não era visada a integração e nem a ligação entre as regiões.

Década de 50

- Processo de Industrialização;
- Atração de indústrias automobilísticas (Governo JK);
- Construção de estradas (Governo JK);
- Os governos posteriores continuaram a investir no modal rodoviário.

A partir daí então o Brasil sucateou as ferrovias, deixando estas somente para transporte de grãos e minérios e houve um investimento pesado no modal rodoviário. Também não houve um investimento em hidrovias apesar do Brasil possuir uma grande costa marítima e muitos rios.

Intermodalidade

É o conceito de uma integração entre modais no processo de transporte. Por exemplo: Podemos transportar uma carga via Barco (Modal Hidroviário), encaminha-la para uma ferrovia e por fim usar o modelo rodoviário para chegar ao destino final.

Trânsito

Conjunto de deslocamentos diários de pessoas pelas calçadas ou passeios e pistas de rolamentos; é a movimentação geral de pedestres e de diferentes tipos de condutores. O trânsito ocorre em espaço público e reflete o movimento de múltiplos interesses, atendendo as necessidades de trabalho, saúde, lazer e outras coisas, muitas vezes conflitantes.

A preocupação com a qualidade de vida e a segurança está presente quando se fixam regras de comportamento especialmente no trânsito, onde ocorrem situações de risco que precisam ser conhecidas e gerenciadas por todos. A convivência entre as pessoas utilizando espaços públicos, envolve valores como responsabilidade e solidariedade.

Meios de transporte

São de extrema importância para movimentação das pessoas, mas também são utilizados para deslocar alimentos, animais, matérias-primas e muitas outras cargas. Possuem grande relevância para o desenvolvimento econômico das cidades e são classificados em: terrestre, aéreo e marítimo.

- Os principais meios de transporte¹

Terrestres: pode ser subdividido em transporte ferroviário, rodoviário e metroviário. Esses três tipos são classificados como transporte terrestres. O transporte terrestre pode ser feito por carros, ônibus, motos, caminhões, trens, metrô e todos os outros tipos que se deslocam por ruas, estradas, rodovias e trilhos.

Aéreos: é considerado o mais rápido do Planeta Terra. Ele não é o mais barato, no entanto, a cada dia que passa tem sido usado por pessoas que desejam viajar grandes distâncias em um curto espaço de tempo.

Marítimos: é todo e qualquer transporte que se locomove nos rios, lagos, mares e oceanos. Esse é o meio de transporte mais antigo do mundo e sofreu várias modificações com o passar dos anos.

- Meios de transporte e sustentabilidade

O aquecimento global tem levado a sociedade a repensar os meios de transporte e buscar novas alternativas para substituir os combustíveis fósseis tradicionais, como a gasolina e o diesel, e são responsáveis por lançar gás carbônico no meio ambiente. Esse cuidado tem como finalidade criar meios de transporte mais limpos e sustentáveis, os transportes ecologicamente corretos.

Cidadania

Cidadão é toda pessoa que exerce os seus direitos e cumpre os seus deveres.

É toda pessoa no gozo dos direitos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com ele.

Constituição Federal/1988: A cidadania é e será sempre a conquista permanente dos direitos, tendo em compensação a realização dos deveres, na qual se exigirá trabalho, luta, esforço e consciência.

O cidadão tem um papel muito importante na preservação do meio ambiente, agindo de forma cuidadosa e consciente, respeitando os elementos e fenômenos da natureza, o solo, a atmosfera, a fauna, a flora, a água, etc.

O futuro da humanidade depende do estabelecimento de novas formas de relação entre os seres humanos e a natureza.

Ser cidadão:

- Reconhecer a diversidade cultural;
- Valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, reconhecendo sua contribuição no processo da constituição da identidade brasileira;
- Reconhecer as qualidades da própria cultura, valorizando-a criticamente e enriquecendo a vivência da cidadania;
- Desenvolver atitude de solidariedade em relação às pessoas vítimas de discriminação;
- Exigir respeito para si e para o outro, denunciando qualquer atitude de discriminação ou qualquer violação dos direitos do cidadão;
- Valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural;
- Compreender a diversidade social como um problema de todos e como realidade a ser transformada;
- Analisar atitudes e situações que podem resultar em discriminação e injustiça social.
- A cortesia, respeito, solidariedade são fundamentais na relação com os outros usuários da via.

Grande parte dos problemas no trânsito que envolvem relacionamentos, são causados por alguns fatores, tais como:

- Individualismo;
- Descaso com as normas;
- Impulsividade;
- Agressividade;
- Vaidade;
- Competição;
- Status;
- Desconhecimento;
- Falta de planejamento.

O trânsito depende diretamente da forma como participamos. A soma das ações do poder público e do comportamento dos cidadãos envolvidos é que determina bons resultados.

Qualidade de Vida

Diretamente relacionada à defesa do meio ambiente e ao respeito às funções de cada via, principalmente as vias de zonas residenciais. Envolve também a compatibilização entre o uso do solo e o volume e composição do tráfego que nele passam.

A ampliação da velocidade regulamentada na via é um exemplo claro de ação que, por um lado, aumenta a fluidez e, por outro, prejudica a segurança. Outro exemplo é o aumento das vagas de estacionamento ao longo da via, pois ao mesmo tempo em que promove maior acessibilidade, reduz fluidez.

A busca pela qualidade de vida no trânsito apoia-se no trabalho para a garantia de:

- Planejamento adequado do espaço urbano;
- Sistema viário funcional;
- Segurança na fluidez;
- Deslocamentos rápidos e seguros;
- Conforto;
- Controle dos índices de poluição.

¹ Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/meios-de-transporte> Acesso 01.09.2021

CONHECIMENTOS SOBRE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIAS E CONSELHOS MUNICIPAIS; COMPOSIÇÃO DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

O PREFEITO

Responsável: Gilmar de Paula Lima

VICE-PREFEITO

Responsável: Simal Arlindo de Lana

GABINETE DO PREFEITO

Responsável: Vania Aparecida Lopes Gomes

PROCURADORIA JURÍDICA

Responsável: Eduardo Gomes Rodrigues Bemfeito

CONTROLADORIA GERAL

Responsável: Frederico Nascimento Silva e Lima

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Responsável: Geisa de Paula Lima Almeida

AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Responsável: Luiz Augusto Xavier dos Santos

CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

Responsável: José Geraldo Dias

SANTA CRUZ DO ESCALVADO - RELAÇÃO DE BENS CULTURAIS TOMBADOS

01 - CONJUNTO PAISAGÍSTICO DA PEDRA DO ESCALVADO - CONJUNTO PAISAGÍSTICO

Tombado pelo Decreto nº 516/2004

Inscrição no Livro de Tombo nº 001/2004

02 - CRUZEIRO DE SANTA CRUZ - BEM IMÓVEL

Tombado pelo Decreto nº 622/2006

Inscrição no Livro de Tombo nº 002/2006

03 - SINO DA ESCOLA ESTADUAL DR. OTÁVIO SOARES - BEM MÓVEL

Tombado pelo Decreto nº 752/2007

Inscrição no Livro de Tombo nº 003/2007

BEM IMATERIAL REGISTRADO

CELEBRAÇÃO – BEM IMATERIAL REGISTRADO:

CAVALGADA DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

Bem registrado em: 28/11/2014

SANTA CRUZ DO ESCALVADO – LISTAGEM DE BENS JÁ INVENTARIADOS

Bens Inventariados em 2003

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Área 01

01 – Prefeitura Municipal – Rua Capitão Luís Sette, nº 127

02 – Igreja Matriz de Santa Cruz do Escalvado – Praça Cônego José Luciano, nº 213

03 – Escola Estadual Otávio Soares – Rua Dr. Otávio Soares. Nº 162

04 – Antiga Câmara Municipal – Rua Santa Terezinha – s/n

05 – Casarão da Senhora Amélia dos Santos – Rua Sagrado Coração, nº 15

06 – Casarão da Senhora Maria Carolina Murta – Rua Capitão Luís Sette, nº 05

07 – Casarão José Luciano da Silva – Rua Amaro Ribeiro Gomes, nº 09

08 – Igreja Santo Antônio – Rua Santo Antônio, s/nº

09 – Casarão Jerônimo Alves – Praça Cônego José Luciano, nº 80

10 – Fazenda do Escalvado – Zona Rural

11 – Fazenda Córrego Facão de Cima – Zona Rural

12 – Fazenda São Tomé – Zona Rural

13 – Fazenda São José – Zona Rural

14 – Fazenda São Paulo – Zona Rural

15 – Casarão dos Fádel – Rua Fádel, nº 26

Bens Inventariados em 2004

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Área 01

16 – Fazenda Quilombo – Subindo a Rua das Mercês, está a aproximadamente 6 km de carro

17 – Fazenda Esperança – Seguindo a rua Aniceto de Barros, fica a 9 km de carro

18 – Cemitério Paroquial – Rua da Mercês,

19 – Casa Paroquial – Praça Capitão Luís Sette, nº 31

20 – Capela Nossa Senhora das Mercês - Rua das Mercês, s/nº

Sítio Natural – Área 02

01 – Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado

Bens Arqueológicos – Área 02

01 – Estrada Viçoso – Santa Cruz

Bens Inventariados em 2007

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Área 01

25 – Engenho da Fazenda Esperança – Fazenda Esperança – Localizada próxima ao encontro entre o Córrego Esperança e o Rio Doce

28 – Engenho da Fazenda da Serra – Fazenda da Serra – Localizada à sudoeste do distrito de Zito Soares, próxima ao Córrego da Onça.

29 – Sede da Fazenda do Charnecão – Fazenda do Charnecão – localizada à nordeste do distrito Sede, próxima ao Córrego do Charnecão.

33 – Antiga Escola Evaristo Felix – Estrada para Antigo São Sebastião do Soberbo

34-Oratório de Pedra Santa-Informação não disponível

40-Paiol de Neném de Paula-Rua Idalina Maria do Carmo, s/nº - Povoado de São José da Vargem Alegre

44-Escola Municipal Padre Simões-Rua José Jales, s/nº - Povoado de Sagrado Coração de Jesus (Merengo)

45-Residência de Terezinha Santiago da Cruz-Rua José Jales, nº 35 - Povoado de Sagrado Coração de Jesus (Merengo)

47-Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo-Localizada na est. para a Comunidade Rural de Facão, s/nº - Localizada à sudoeste do Distrito Sede, próxima às margens do Ribeirão do Escalvado

48-Escola Municipal Amaro Ribeiro Gomes

Bens Inventariados em 2008

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Área 01

26. Sede da Fazenda dos Carneiro

32. Antigos Galpões da Usina Hidrelétrica de Candonga

37. Quadra Poliesportiva Manoel Moreira de Oliveira

38. Posto de Saúde João Lizardo de Paula

39. Residência de João Lima da Silva Rua José Xavier, s/nº - povoado de São José da Vargem Alegre

41. Depósito da Fazenda da Vargem (dos Moreira).

42. Praça Sagrado Coração de Jesus

43. Igreja do Sagrado Coração de Jesus

46. Usina Hidrelétrica de Candonga

47. Cemitério do Soberbo

Bens Móveis – Área 01

08. Telha de barro da Fazenda Esperança

10. Máquina de costura da Fazenda Esperança

19. Rádio da Fazenda Chamecão

Bens Integrados – Área 01

23. Tacho de rapadura da Fazenda Esperança

31. Forno de tijolos da fazenda Chamecão

32. Desnatadeira da Fazenda Chamecão

Bens inventariados em 2009

Bens Móveis – Área 01

06 - Guarda Comida/Armário para Mantimentos - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

40 - Banco de madeira - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

Bens Integrados – Área 01

10 - Guarda-Corpo de Madeira - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

11 - Fogão à lenha - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

12 - Forro em madeira - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

13 - Escada de madeira - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

14 - Tanque - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

16 - Máquina de Moer Cana - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

47 - Moinho - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

48 - Tacho de rapadura - Fazenda do Córrego do Facão de Cima

Bens inventariados em 2010

Bens Móveis – Área 01

12- Cristaleira – Sede da Fazenda Esperança

13 – Cama – Sede da Fazenda Esperança

16 - Tachos – Sede da Fazenda Charnecão

17- Banco de Madeira – Sede da Fazenda do Charnecão

18 – Cama – Sede da Fazenda do Charnecão

20 - Baú de Mantimentos - Sede da fazenda do Charnecão

Bens Integrados – Área 01

19 – Fogão à Lenha – Sede da Fazenda Esperança

21 – Aberturas entre paredes no interior da edificação – Sede da Fazenda Esperança

22- Guarda – Corpo de Madeira – Sede da Fazenda Esperança

30 – Portão de Madeira – Sede da fazenda do Charnecão

33 - Pintura Parietal – Sede da Fazenda do Charnecão

Bens Inventariados em 2011

Bens Móveis – Área 01

- Alambique artesanal da propriedade de Célio Casemiro Untaler

- Bomba de irrigação da propriedade de Célio Casemiro Untaler

- Engenho / moenda da propriedade de Célio Untaler

Bens Integrados – Área 01

- Carro de boi da propriedade de José Geraldo Valadão

- Engenho de rapadura da propriedade de José Geraldo Valadão

- Caldeira a vapor da propriedade de Célio Casemiro Untaler

- Tacho de cobre da propriedade de José Geraldo Valadão

Bens Inventariados em 2012

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Área 02

54 – Igreja de Santo Antônio – Rua Santo Antônio, s/nº

55 – Escola Municipal Antônio Leôncio Carneiro – Rua Luiz dos Santos Bicalho, 211

67 – Estádio da Associação Esportiva Santacruzense e Ginásio Poliesportivo José Emídio de Souza – Rua Amaro Ribeiro Gomes,80

68 – Calçamento das ruas do Centro do distrito sede – Rua Santa Terezinha, s/nº

69 – Praça das Mercês – Bairro Nossa Senhora das Mercês

70 – Coreto Praça Cônego José Luciano- Praça Cônego José Luciano

71 – Praça Cônego José Luciano - Praça Cônego José Luciano

72 – Policlínica José Guerra Pinto – Capitão Luiz Sette, s/nº

73 – Terminal Rodoviário Messias Diaz Ferraz – Rua Dr. Otávio Soares, 229

74 – Clube Catulino Novaes – Rua capitão Luís Sette, 76

75 – Igreja São Sebastião – Rua C, 48

77 – Mirante de Nova Soberbo – Rua C, s/nº

78 – Escola Municipal José Gomes de Souza – Rua Minas Gerais, 44

79 Centro Comercial de Nova Soberbo –Rua B, s/nº

80- Posto de Saúde da Comunidade de Nova Soberbo – Rua B, s/nº

Bens Inventariados em 2013

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – Área 02

- 48 – Casarão de Amâncio Gomes Fádel – Rua José Alves Vieira, s/nº - Distrito Zito Soares
- 49 – Casarão de Geraldo Sabino – Rua José Alves Vieira, s/nº - Distrito Zito Soares
- 50- Casarão de Francisco Gomes Fádel - Rua Fádel, nº 115 – Distrito de Zito Soares
- 51- Residência de Antônio Miguel de Freitas - Rua dos Santos Bicalho, 246 – Distrito Zito Soares
- 52 – Residência de D. Maria José Fádel – Rua Fádel, 120 – Distrito de Zito Soares
- 53 – Residência e Comércio de Francisco Gomes Fádel – Rua Fádel, 156 – Distrito de Zito Soares
- 56 – Associação dos Pequenos Produtores de Leite – Rua Luiz do Santos Bicalho, s/nº - Distrito de Zito Soares
- 58 – Antiga residência de Antônio “Cocota” – Rua Padre Antônio Pinto- 68 – Bairro Santo Antônio – Distrito Sede
- 59 - Residência de Maria Moreira – Rua Santo Antônio, 212 – Bairro Santo Antônio – Distrito Sede
- 60 – Residência de D. Mariquinha – Rua Santo Antônio – 187 – Bairro Santo Antônio Distrito Sede
- 61 – Residência de Jair Sette Carvalho – Rua Santo Antônio – 108 – Bairro Santo Antônio – Distrito Sede
- 62 – Residência – Rua capitão Luiz Sette – 107 – Centro – Distrito Sede
- 63 – Residência de Antônio Benedito – Rua 3 de maio, Centro – Distrito Sede
- 64 – Casarão de Francisco Melo da Silva – Rua Sagrado Coração - 02 – Centro – Distrito Sede
- 65 – Casarão de D. Trindade – Rua 3 de maio – 53 – Centro – Distrito Sede
- 66 – Residência – Rua Capitão Luiz Sette – 56 – Centro – Distrito Sede
- 76 – Praça da Matriz – Rua C – Distrito de São Sebastião do Soberbo
- 81 – Residência da Sra. Neide – Rua C – 45 – Distrito de São Sebastião do Soberbo.

Bens inventariados em 2014

Bens móveis - Área 02

- 22- São Vicente e Santa Terezinha – Rua Santo Antônio, s/nº - Bairro Santo Antônio - Distrito Sede
- 23 – Vitrola – Rua Capitão Luís Sette, 127- Centro – Distrito Sede
- 24 – Cadeira (Mesa de Reuniões) – Rua Capitão Luís Sette – 127 – Centro – Distrito Sede
- 25 – Penteadeira de Barbeiro – Rua Dr. Otávio Soares – 228 – Centro – Distrito sede
- 26 – Cadeira de Barbeiro - Rua Dr. Otávio Soares – 228 – Centro – Distrito sede
- 29 – Rádio – Praça Conego José Luciano – 94 – Centro – Distrito Sede
- 30 – Rádio – Praça Conego José Luciano – 94 – Centro – Distrito Sede
- 31 – Penteadeira - Praça Conego José Luciano – 94 – Centro – Distrito Sede
- 32 – Balança e Pesos (de 1g até 2Kg) - Praça Conego José Luciano – 94 – Centro – Distrito Sede
- 33 – Clarinete (cerca de 150 anos) - Praça Conego José Luciano – 94 – Centro – Distrito Sede

Bens integrados - Área 02

- 35 – Reservatório de Leite – Rua Luis dos Santos Bicalho – s/nº - Distrito de Zito Soares
- 36 – Piso de Ladrilho Hidráulico – Rua Dr. Otávio Soares – 162 – Centro – Distrito Sede
- 43 – Portão de Entrada – Cemitério – Rua das Mercês – s/nº - Distrito Sede

Bens inventariados em 2015

Bens Móveis – Área 02

- 27 – Mesa – Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 28 – Rádio – Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 34 – Imagem do Sagrado Coração de Jesus – Praça Cônego José Luciano, s/nº - Centro
- 35 – Imagem de São José - Praça Cônego José Luciano, s/nº - Centro
- 36 – Imagem de Nosso Senhor dos Passos – Praça Cônego José Luciano, s/nº - Centro
- 37 – Imagem de Nossa Senhora das Dores – Praça Cônego José Luciano, s/nº - Centro
- 38 – Sino – Rua Dr. Otávio Soares, nº 162 – Centro
- 39 – Coleção de Troféus da Sociedade Esportiva Santacruzense – Rua 3 de maio, nº 32 – Centro

Bens Integrados – Área 02

- 37 – Moinho – Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 38 – Lixadeira - Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 39 – Mesa de trabalho - Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 40 –Tupia - Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 41 – Morsa - Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 42 – Serra Circular - Rua Santa Terezinha, nº 94 - Centro
- 44 – Pia Batismal - Praça Cônego José Luciano, s/nº - Centro
- 45 – Altar-Mor – Praça Cônego José Luciano, s/nº - Centro
- 46 – Relógio - Praça Cônego José Luciano, s/nº - Centro

Bens inventariados em 2016

Patrimônio Imaterial - Celebrações - Área 01

- 01 - Cavalgada
- 03 - Festa da Padroeira
- 04 - Mês de Maria

Patrimônio Imaterial - Forma de Expressão - Área 01

- 01 - Sociedade Esportiva Santa-Cruzense

Patrimônio Imaterial - Lugares – Área 01

- 04 - Cruzeiro

Patrimônio Imaterial - Personalidades – Área 01

- 03 - Georgeta Marinho Sette e Câmara

Compartilhar nas redes sociais:

EDUCAÇÃO

Responsável: Juliana Celestina de Sá Lacerda

OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Responsável: Aloisio de Souza Passos

SAÚDE

Responsável: Rogério de Moura Daró

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Enfermeiro (Policlínica)

ÉTICA

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017

Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem

O Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que nos termos do inciso III do artigo 8º da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, compete ao Cofen elaborar o Código de Deontologia de Enfermagem e alterá-lo, quando necessário, ouvidos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que o Código de Deontologia de Enfermagem deve submeter-se aos dispositivos constitucionais vigentes;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) e adotada pela Convenção de Genebra (1949), cujos postulados estão contidos no Código de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras (1953, revisado em 2012);

CONSIDERANDO a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005);

CONSIDERANDO o Código de Deontologia de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem (1976), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993, reformulado em 2000 e 2007), as normas nacionais de pesquisa (Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 196/1996), revisadas pela Resolução nº 466/2012, e as normas internacionais sobre pesquisa envolvendo seres humanos;

CONSIDERANDO a proposta de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, consolidada na 1ª Conferência Nacional de Ética na Enfermagem – 1ª CONEENF, ocorrida no período de 07 a 09 de junho de 2017, em Brasília – DF, realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem e Coordenada pela Comissão Nacional de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, instituída pela Portaria Cofen nº 1.351/2016;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, nos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO as sugestões apresentadas na Assembleia Extraordinária de Presidentes dos Conselhos Regionais de Enfermagem, ocorrida na sede do Cofen, em Brasília, Distrito Federal, no dia 18 de julho de 2017, e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 491ª Reunião Ordinária,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, conforme o anexo desta Resolução, para observância e respeito dos profissionais de Enfermagem, que poderá ser consultado através do sítio de internet do Cofen (www.cofen.gov.br).

Art. 2º Este Código aplica-se aos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem, Obstetizes e Parteiras, bem como aos atendentes de Enfermagem.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 4º Este Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Enfermagem, por proposta de 2/3 dos Conselheiros Efetivos do Conselho Federal ou mediante proposta de 2/3 dos Conselhos Regionais.

Parágrafo Único. A alteração referida deve ser precedida de ampla discussão com a categoria, coordenada pelos Conselhos Regionais, sob a coordenação geral do Conselho Federal de Enfermagem, em formato de Conferência Nacional, precedida de Conferências Regionais.

Art. 5º A presente Resolução entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Cofen nº 311/2007, de 08 de fevereiro de 2007.

Brasília, 6 de novembro de 2017.

ANEXO DA RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017

PREÂMBULO

O Conselho Federal de Enfermagem, ao revisar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem – CEPE, norteou-se por princípios fundamentais, que representam imperativos para a conduta profissional e consideram que a Enfermagem é uma ciência, arte e uma prática social, indispensável à organização e ao funcionamento dos serviços de saúde; tem como responsabilidades a promoção e a restauração da saúde, a prevenção de agravos e doenças e o alívio do sofrimento; proporciona cuidados à pessoa, à família e à coletividade; organiza suas ações e intervenções de modo autônomo, ou em colaboração com outros profissionais da área; tem direito a remuneração justa e a condições adequadas de trabalho, que possi-

bilitem um cuidado profissional seguro e livre de danos. Sobretudo, esses princípios fundamentais reafirmam que o respeito aos direitos humanos é inerente ao exercício da profissão, o que inclui os direitos da pessoa à vida, à saúde, à liberdade, à igualdade, à segurança pessoal, à livre escolha, à dignidade e a ser tratada sem distinção de classe social, geração, etnia, cor, crença religiosa, cultura, incapacidade, deficiência, doença, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade, convicção política, raça ou condição social.

Inspirado nesse conjunto de princípios é que o Conselho Federal de Enfermagem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º, inciso III, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, aprova e edita esta nova revisão do CEPE, exortando os profissionais de Enfermagem à sua fiel observância e cumprimento.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

A Enfermagem é comprometida com a produção e gestão do cuidado prestado nos diferentes contextos socioambientais e culturais em resposta às necessidades da pessoa, família e coletividade.

O profissional de Enfermagem atua com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais, técnico-científico e teórico-filosófico; exerce suas atividades com competência para promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os Princípios da Ética e da Bioética, e participa como integrante da equipe de Enfermagem e de saúde na defesa das Políticas Públicas, com ênfase nas políticas de saúde que garantam a universalidade de acesso, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

O cuidado da Enfermagem se fundamenta no conhecimento próprio da profissão e nas ciências humanas, sociais e aplicadas e é executado pelos profissionais na prática social e cotidiana de assistir, gerenciar, ensinar, educar e pesquisar.

CAPÍTULO I DOS DIREITOS

Art. 1º Exercer a Enfermagem com liberdade, segurança técnica, científica e ambiental, autonomia, e ser tratado sem discriminação de qualquer natureza, segundo os princípios e pressupostos legais, éticos e dos direitos humanos.

Art. 2º Exercer atividades em locais de trabalho livre de riscos e danos e violências física e psicológica à saúde do trabalhador, em respeito à dignidade humana e à proteção dos direitos dos profissionais de enfermagem.

Art. 3º Apoiar e/ou participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, do exercício da cidadania e das reivindicações por melhores condições de assistência, trabalho e remuneração, observados os parâmetros e limites da legislação vigente.

Art. 4º Participar da prática multiprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar com responsabilidade, autonomia e liberdade, observando os preceitos éticos e legais da profissão.

Art. 5º Associar-se, exercer cargos e participar de Organizações da Categoria e Órgãos de Fiscalização do Exercício Profissional, atendidos os requisitos legais.

Art. 6º Aprimorar seus conhecimentos técnico-científicos, ético-políticos, socioeducativos, históricos e culturais que dão sustentação à prática profissional.

Art. 7º Ter acesso às informações relacionadas à pessoa, família e coletividade, necessárias ao exercício profissional.

Art. 8º Requerer ao Conselho Regional de Enfermagem, de forma fundamentada, medidas cabíveis para obtenção de desagravo público em decorrência de ofensa sofrida no exercício profissional ou que atinja a profissão.

Art. 9º Recorrer ao Conselho Regional de Enfermagem, de forma fundamentada, quando impedido de cumprir o presente Código, a Legislação do Exercício Profissional e as Resoluções, Decisões e Pareceres Normativos emanados pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 10 Ter acesso, pelos meios de informação disponíveis, às diretrizes políticas, normativas e protocolos institucionais, bem como participar de sua elaboração.

Art. 11 Formar e participar da Comissão de Ética de Enfermagem, bem como de comissões interdisciplinares da instituição em que trabalha.

Art. 12 Abster-se de revelar informações confidenciais de que tenha conhecimento em razão de seu exercício profissional.

Art. 13 Suspender as atividades, individuais ou coletivas, quando o local de trabalho não oferecer condições seguras para o exercício profissional e/ou desprezar a legislação vigente, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo formalizar imediatamente sua decisão por escrito e/ou por meio de correio eletrônico à instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 14 Aplicar o processo de Enfermagem como instrumento metodológico para planejar, implementar, avaliar e documentar o cuidado à pessoa, família e coletividade.

Art. 15 Exercer cargos de direção, gestão e coordenação, no âmbito da saúde ou de qualquer área direta ou indiretamente relacionada ao exercício profissional da Enfermagem.

Art. 16 Conhecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam pessoas e/ou local de trabalho sob sua responsabilidade profissional.

Art. 17 Realizar e participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a legislação vigente.

Art. 18 Ter reconhecida sua autoria ou participação em pesquisa, extensão e produção técnico-científica.

Art. 19 Utilizar-se de veículos de comunicação, mídias sociais e meios eletrônicos para conceder entrevistas, ministrar cursos, palestras, conferências, sobre assuntos de sua competência e/ou divulgar eventos com finalidade educativa e de interesse social.

Art. 20 Anunciar a prestação de serviços para os quais detenha habilidades e competências técnico-científicas e legais.

Art. 21 Negar-se a ser filmado, fotografado e exposto em mídias sociais durante o desempenho de suas atividades profissionais.

Art. 22 Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, à família e à coletividade.

Art. 23 Requerer junto ao gestor a quebra de vínculo da relação profissional/usuários quando houver risco à sua integridade física e moral, comunicando ao Coren e assegurando a continuidade da assistência de Enfermagem.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 24 Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Art. 25 Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica.

Art. 26 Conhecer, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normativos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 27 Incentivar e apoiar a participação dos profissionais de Enfermagem no desempenho de atividades em organizações da categoria.

Art. 28 Comunicar formalmente ao Conselho Regional de Enfermagem e aos órgãos competentes fatos que infringjam dispositivos éticos-legais e que possam prejudicar o exercício profissional e a segurança à saúde da pessoa, família e coletividade.

Art. 29 Comunicar formalmente, ao Conselho Regional de Enfermagem, fatos que envolvam recusa e/ou demissão de cargo, função ou emprego, motivado pela necessidade do profissional em cumprir o presente Código e a legislação do exercício profissional.

Art. 30 Cumprir, no prazo estabelecido, determinações, notificações, citações, convocações e intimações do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 31 Colaborar com o processo de fiscalização do exercício profissional e prestar informações fidedignas, permitindo o acesso a documentos e a área física institucional.

Art. 32 Manter inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, com jurisdição na área onde ocorrer o exercício profissional.

Art. 33 Manter os dados cadastrais atualizados junto ao Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição.

Art. 34 Manter regularizadas as obrigações financeiras junto ao Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição.

Art. 35 Apor nome completo e/ou nome social, ambos legíveis, número e categoria de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, assinatura ou rubrica nos documentos, quando no exercício profissional.

§ 1º É facultado o uso do carimbo, com nome completo, número e categoria de inscrição no Coren, devendo constar a assinatura ou rubrica do profissional.

§ 2º Quando se tratar de prontuário eletrônico, a assinatura deverá ser certificada, conforme legislação vigente.

Art. 36 Registrar no prontuário e em outros documentos as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar de forma clara, objetiva, cronológica, legível, completa e sem rasuras.

Art. 37 Documentar formalmente as etapas do processo de Enfermagem, em consonância com sua competência legal.

Art. 38 Prestar informações escritas e/ou verbais, completas e fidedignas, necessárias à continuidade da assistência e segurança do paciente.

Art. 39 Esclarecer à pessoa, família e coletividade, a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da assistência de Enfermagem.

Art. 40 Orientar à pessoa e família sobre preparo, benefícios, riscos e consequências decorrentes de exames e de outros procedimentos, respeitando o direito de recusa da pessoa ou de seu representante legal.

Art. 41 Prestar assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 42 Respeitar o direito do exercício da autonomia da pessoa ou de seu representante legal na tomada de decisão, livre e esclarecida, sobre sua saúde, segurança, tratamento, conforto, bem-estar, realizando ações necessárias, de acordo com os princípios éticos e legais.

Parágrafo único. Respeitar as diretivas antecipadas da pessoa no que concerne às decisões sobre cuidados e tratamentos que deseje ou não receber no momento em que estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, suas vontades.

Art. 43 Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade da pessoa, em todo seu ciclo vital e nas situações de morte e pós-morte.

Art. 44 Prestar assistência de Enfermagem em condições que ofereçam segurança, mesmo em caso de suspensão das atividades profissionais decorrentes de movimentos reivindicatórios da categoria.

Parágrafo único. Será respeitado o direito de greve e, nos casos de movimentos reivindicatórios da categoria, deverão ser prestados os cuidados mínimos que garantam uma assistência segura, conforme a complexidade do paciente.

Art. 45 Prestar assistência de Enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Art. 46 Recusar-se a executar prescrição de Enfermagem e Médica na qual não constem assinatura e número de registro do profissional prescritor, exceto em situação de urgência e emergência.

§ 1º O profissional de Enfermagem deverá recusar-se a executar prescrição de Enfermagem e Médica em caso de identificação de erro e/ou ilegitimidade da mesma, devendo esclarecer com o prescritor ou outro profissional, registrando no prontuário.

§ 2º É vedado ao profissional de Enfermagem o cumprimento de prescrição à distância, exceto em casos de urgência e emergência e regulação, conforme Resolução vigente.

Art. 47 Posicionar-se contra, e denunciar aos órgãos competentes, ações e procedimentos de membros da equipe de saúde, quando houver risco de danos decorrentes de imperícia, negligência e imprudência ao paciente, visando a proteção da pessoa, família e coletividade.

Art. 48 Prestar assistência de Enfermagem promovendo a qualidade de vida à pessoa e família no processo do nascer, viver, morrer e luto.

Parágrafo único. Nos casos de doenças graves incuráveis e terminais com risco iminente de morte, em consonância com a equipe multiprofissional, oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis para assegurar o conforto físico, psíquico, social e espiritual, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal.

Art. 49 Disponibilizar assistência de Enfermagem à coletividade em casos de emergência, epidemia, catástrofe e desastre, sem pleitear vantagens pessoais, quando convocado.

Art. 50 Assegurar a prática profissional mediante consentimento prévio do paciente, representante ou responsável legal, ou decisão judicial.

Parágrafo único. Ficam resguardados os casos em que não haja capacidade de decisão por parte da pessoa, ou na ausência do representante ou responsável legal.

Art. 51 Responsabilizar-se por falta cometida em suas atividades profissionais, independentemente de ter sido praticada individual ou em equipe, por imperícia, imprudência ou negligência, desde que tenha participação e/ou conhecimento prévio do fato.

Parágrafo único. Quando a falta for praticada em equipe, a responsabilidade será atribuída na medida do(s) ato(s) praticado(s) individualmente.

Art. 52 Manter sigilo sobre fato de que tenha conhecimento em razão da atividade profissional, exceto nos casos previstos na legislação ou por determinação judicial, ou com o consentimento escrito da pessoa envolvida ou de seu representante ou responsável legal.

§ 1º Permanece o dever mesmo quando o fato seja de conhecimento público e em caso de falecimento da pessoa envolvida.

§ 2º O fato sigiloso deverá ser revelado em situações de ameaça à vida e à dignidade, na defesa própria ou em atividade multiprofissional, quando necessário à prestação da assistência.

§ 3º O profissional de Enfermagem intimado como testemunha deverá comparecer perante a autoridade e, se for o caso, declarar suas razões éticas para manutenção do sigilo profissional.

§ 4º É obrigatória a comunicação externa, para os órgãos de responsabilização criminal, independentemente de autorização, de casos de violência contra: crianças e adolescentes; idosos; e pessoas incapacitadas ou sem condições de firmar consentimento.